COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 516, DE 2006

Dá nova redação ao inciso XLVI, do art. 5º da Constituição Federal do Brasil.

Autor: Deputado JOVAIR ARANTES e outros

Relator: Deputado SILVINHO PECCIOLI

I - RELATÓRIO

O ilustre Deputado JOVAIR ARANTES é o primeiro signatário da Proposta de Emenda à Constituição nº 516, de 2006 que tem como escopo dar nova redação ao inciso XLVI do art. 5º da Constituição Federal.

A proposição inclui, ao lado da previsão de regulamentação da individualização da pena, a determinação para que a lei também regule a prestação de serviços profissionalizantes pelo condenado.

Em sua breve justificção, o autor argumenta que a prestação de serviços pelo condenado está prevista na Lei de Execução Penal (arts. 28 a 36) de maneira incompleta. Ressalta que com a modificação proposta, quer enfatizar a necessidade da prestação de serviços profissionalizantes e proporcionar ao condenado, quando sair da prisão, maior facilidade para encontrar trabalho e, em conseqüência, ser reintegrado ao meio social evitando, assim, a reincidência.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Conforme determina o Regimento Interno da Câmara dos Deputados (art. 32, IV, *b* e art. 202), cumpre que esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania se pronuncie acerca da admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição em epígrafe.

A proposição foi legitimamente apresentada, tendo sido confirmadas pela Secretaria-Geral da Mesa cento e setenta e uma assinaturas válidas.

Não vislumbramos qualquer afronta às cláusulas pétreas previstas no § 4º do art. 60 da Constituição Federal, uma vez que não se observa na proposta nenhuma tendência para abolição da forma federativa do Estado, do voto direto, secreto, universal e periódico, da separação dos Poderes ou dos direitos e garantias individuais.

No que se refere à técnica legislativa, é importante chamar a atenção da Comissão Especial a ser criada oportunamente - responsável pela redação final - para a necessidade de adequação do texto proposto ao determinado na Lei Complementar nº 95/98, alterada pela Lei Complementar nº 105/01. Duas alterações serão necessárias: a elaboração de cláusula de vigência e a inclusão da expressão "(NR)" ao final do dispositivo que se quer alterar.

Isto posto, não estando o País sob a vigência de estado de defesa, estado de sítio ou intervenção federal, nosso voto é pela admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 516, de 2006.

Sala da Comissão, em de abril de 2008.

Deputado Silvinho Peccioli
Relator